

URBS URBANIZAÇÃO DE CURITIBA S.A

CURITIBA - PR

RELATÓRIO DE AUDITORIA Nº 01/2026

(Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de
2025 e de 2024)



Bazzaneze &
Auditores Independentes S/S

Desde 1991

URBS URBANIZAÇÃO DE CURITIBA S.A

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024 (Valores expressos em reais)

CONTEÚDO

Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras.

Quadro 1 - Balanços Patrimoniais

Quadro 2 - Demonstração do resultado dos exercícios

Quadro 3 - Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Quadro 4 - Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras.

Bazzaneze &
Auditores Independentes S/S
Desde 1991

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ilmos. Srs.
Diretores e Acionistas da
URBS URBANIZAÇÃO DE CURITIBA S.A.
Curitiba - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da URBS Urbanização de Curitiba S.A. (COMPANHIA) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da URBS Urbanização de Curitiba S.A. (COMPANHIA) em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”.

Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Valores Correspondentes

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, apresentadas para fins de comparação, foram por nós auditadas, que emitimos o relatório datado em 12 de março de 2025, sem ressalva.

Principais assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

A comunicação detalhada dos principais assuntos de auditoria no relatório do auditor, não é requerida a essa Companhia, sendo compulsória apenas para as empresas que tem ações, cotas, títulos cotados e registrados em bolsas de valores, ou negociados de acordo com os regulamentos de uma bolsa de valores reconhecida ou órgão equivalente, conforme NBC TA 701 item 5 do Conselho Federal de Contabilidade. Entretanto, considerando a complexidade de determinadas circunstâncias, consideramos necessário comunicar os principais assuntos de auditoria em nosso relatório.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Contas a receber de clientes e mensuração do valor recuperável do contas a receber (Nota Nº 5 às demonstrações financeiras) Conforme Nota Explicativa às demonstrações financeiras Nº 5, em 31 de dezembro de 2025 a Companhia apresenta saldo de contas a receber no montante de R\$ 17.119.246,98 (R\$ 38.577.751,46 em 2024), dos quais R\$ 14.552.158,89 (R\$ 28.447.670,08 em 2024), são oriundos de valores relacionados aos Permissionários de Equipamentos Públicos administrados pela Companhia e R\$ 1.508.228,00 (R\$ 5.240.899,05 em 2024) são relacionados a contas a receber decorrentes de planos comunitários de pavimentação e saneamento. Além disso, o saldo da Provisão Para Créditos de Liquidação Duvidosa PCLD contabilizada em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 6.357.337,04 (R\$ 24.671.786,04 em 2024) passou a ser contabilizado a partir do exercício de 2018. Nesse sentido, em conformidade com o CPC 48 Instrumentos financeiros, a partir de 2018 a Administração da Companhia revisou e alterou a política utilizada para mensuração da provisão para perda de crédito esperada com o objetivo de atender aos novos requerimentos de classificação, mensuração e reconhecimento da redução do valor recuperável do contas a receber. Esse tema foi considerado como um assunto crítico em nossa auditoria devido a mudança de conceito introduzida pela nova norma, alterando o conceito de “perda incorrida” para o conceito de “perda esperada” e, por esse	Efetuamos o entendimento dos julgamentos utilizados pela Administração da Companhia para definição da nova política contábil aplicada para provisão para perda de crédito esperada e observamos se os julgamentos e a modelagem financeira que foram utilizados possuíam amparo técnico no CPC 48 Instrumentos financeiros, com o objetivo de avaliar a consistência técnica da nova política utilizada pela Administração. Adicionalmente, obtivemos a memória de cálculo da matriz de provisões, do Aging list do contas a receber e do cálculo da provisão para perda de crédito esperada e efetuamos o recálculo dos mesmos com o objetivo de avaliar a precisão aritmética dos cálculos efetuados. Com base nos procedimentos de auditoria efetuados e nas evidências de auditoria obtidas que suportam os nossos testes, consideramos que a estimativa de provisão para perda estimada em créditos de liquidação duvidosa registrada pela Administração, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas como um todo.

motivo, para endereçar os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, tivemos um envolvimento significativo da equipe de auditoria com objetivo verificar, com base na norma mencionada, se a Administração da Companhia havia procedido com o julgamento adequado, visando implementar sua nova política contábil para mensuração da perda estimada em créditos de liquidação duvidosa.	
--	--

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
-----------------	---

Provisão para litígios e demandas judiciais (Nota Nº 15 às demonstrações financeiras)

Conforme Nota Explicativa às demonstrações financeiras Nº 15, em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresenta provisão para contingências das ações em que é parte, cujos processos são de natureza trabalhista, cível, tributária e administrativa inerentes ao curso normal das suas atividades, no montante de R\$ 59.282.951,71 (R\$ 59.329.596,71 em 2024), sendo que durante o exercício de 2019 e de 2020, foi concluído parcialmente os trabalhos de levantamento e catalogação das ações em que a Companhia é parte, que ocasionou na reclassificação do risco jurídico de parte significativa dessas ações. Devido à relevância, complexidade e julgamento na avaliação, mensuração e divulgação das Provisões e Passivos Contingentes e ao impacto que o montante envolvido poderá ter nos resultados da Companhia, se os potenciais exposições nestas causas forem materializadas, consideramos esse assunto relevante para a nossa auditoria. Além disso, esta área é significativa para o nosso processo de auditoria em função do potencial risco relacionado a certas demandas. Adicionalmente, a avaliação desses processos inclui julgamento significativo pela Administração, suportado por seus assessores jurídicos, principalmente no que diz respeito à classificação desses processos como um passivo contingente ou como uma provisão.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) a obtenção e leitura de correspondências e relatórios dos assessores jurídicos da Companhia; (b) indagação à Administração sobre natureza e riscos que envolvem as principais ações que a Companhia é parte; e (c) análise das divulgações realizadas nas notas explicativas das demonstrações financeiras. Além disso, avaliamos o desenho, implementação e a efetividade dos controles internos chave existentes relacionados à determinação das estimativas para provisionar ou divulgar os valores em conformidade com expectativa de perdas dos litígios e à forma de garantir a integridade e atualização da classificação de risco pela Companhia. Avaliamos a suficiência das provisões reconhecidas e dos valores de contingências divulgados, por meio da análise dos critérios e premissas utilizados para mensuração dos valores provisionados e/ou divulgados e que levaram em consideração as avaliações preparadas pelos assessores jurídicos internos da Companhia. Avaliamos as premissas utilizadas pela Companhia, obtendo uma amostra de processos, e, com suporte de confirmação de saldos com assessores internos e externos, analisamos a probabilidade de ganho ou perda avaliando a classificação de risco considerada pela Companhia baseada no mérito das causas e informações e atualizações publicadas recentemente relativas ao andamento dos processos. Adicionalmente, avaliamos quanto à adequação das divulgações efetuadas nas demonstrações
--	---

	financeiras em relação aos litígios provisionados e aos passivos contingentes. Com base nos procedimentos de auditoria efetuados e nas evidências de auditoria obtidas que suportam os nossos testes, consideramos que a estimativa de provisão para contingências registrada pela Administração, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas como um todo.
--	--

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há uma distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomada em conjunto, estão livres de distorção relevantes, independentemente se causada por fraude ou erro e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que passa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe uma incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto,

ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Curitiba (PR), 31 de março de 2026.

Bazzaneze Auditores Independentes S.S.:
Bazzaneze Auditores Independentes S/S
CRC-PR Nº 3.942/O-6
CVM Nº 519/3



Ediclei Cavalheiro de Ávila
CONTADOR CRC-PR 057250/O-9
CNAI Nº 5344



Karini Leticia Bazzaneze
CONTADORA CRC-PR Nº 051096/O-0
CNAI Nº 6254

Bazzaneze &
Auditores Independentes S/S

D e s d e 1 9 9 1

Prefeitura Municipal de Curitiba

URBS
Urbanização de Curitiba S.A.

Av. Presidente Affonso Camargo, 330
Rodoferrviária - Bloco Central
80060-090 JD Botânico Curitiba PR
Tel 41 3320-3000 / 3320-3232
www.urbs.curitiba.pr.gov.br



URBS – URBANIZAÇÃO DE CURITIBA S.A.

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025 e 2024



URBS - URBANIZAÇÃO DE CURITIBA S.A.
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
BALANÇO PATRIMONIAL (em R\$)

ATIVO			
	Nota	31/12/2025	31/12/2024
CIRCULANTE		46.940.630,18	62.860.369,34
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	42.542.337,02	44.806.245,48
Contas a receber / Outras Contas a Receber	5	761.909,94	13.905.965,42
Adiantamentos à Funcionários / Terceiros		1.071.092,05	1.290.104,69
Impostos à recuperar		-	40.510,47
Estoques		2.565.291,17	2.817.543,28
NÃO CIRCULANTE		66.136.807,49	65.774.937,91
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		12.105.286,40	12.110.346,33
Depósitos Judiciais	6	12.105.286,40	12.110.346,33
INVESTIMENTOS	7	19.354.451,88	19.354.451,88
Imóveis Não destinados a venda		19.285.251,88	19.285.251,88
Outros Investimentos		69.200,00	69.200,00
IMOBILIZADO E INTANGÍVEL	8	34.677.069,21	34.310.139,70
Imóveis		36.951.296,65	36.951.296,65
Equipamentos e instalações		8.481.890,13	7.871.155,57
Outras Imobilizações		710.362,19	333.400,03
Intangível		327.543,59	318.882,71
Depreciação e amortização acumulada		(11.794.023,35)	(11.164.595,26)
TOTAL DO ATIVO		113.077.437,67	128.635.307,25

(As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras)

URBS - URBANIZAÇÃO DE CURITIBA S.A.
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
BALANÇO PATRIMONIAL (em R\$)

PASSIVO			
	Nota	31/12/2025	31/12/2024
CIRCULANTE		34.218.155,53	60.184.188,16
Fornecedores	9	2.650.290,66	4.474.476,11
Contas a Pagar	10	10.210.989,81	24.174.367,31
Ordenados e Salários a pagar	11	-	1.827.710,13
Obrigações Sociais	11	5.240.349,46	6.516.113,08
Obrigações Tributárias	12	3.700.617,37	4.171.155,13
Parcelamentos Tributários	12	-	172.712,93
Precatórios e RPV's		-	509.707,33
Provisão para férias e encargos sociais	11	11.449.261,10	10.775.563,20
Obrigações por planos comunitários		128.614,46	7.398.084,39
Adiantamento de Clientes (FUC)		-	71.123,16
Outras Contas a Pagar		838.032,67	93.175,39
NÃO CIRCULANTE		66.349.846,45	64.019.041,11
Valores Vinculados		-	3.958.034,19
Provisão para contingências	13	59.282.951,71	59.329.596,71
Contas a Pagar - LP	10	6.336.155,89	-
Parcelamentos Tributários - LP	12	730.738,85	731.410,21
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	14	12.509.435,69	4.432.077,98
Capital Realizado	14a	114.024.831,21	114.016.953,15
Reservas de Capital		10.188.870,95	10.188.870,95
Reservas de Reavaliação	14b	36.461.957,70	36.461.957,70
Resultados acumulados		(156.235.703,82)	(156.760.555,78)
Resultado do Período	14c	8.069.479,65	524.851,96
TOTAL DO PASSIVO		113.077.437,67	128.635.307,25

(As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras)

URBS - URBANIZAÇÃO DE CURITIBA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODOS FINDOS (em R\$) EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

		31/12/2025	31/12/2024
	Nota		
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	18	140.723.010,80	132.489.472,31
Receita de Prestação de Serviços		136.309.877,81	126.667.666,84
Receita de Revenda de Mercadorias		4.413.132,99	5.821.805,47
DEDUÇÕES		(13.046.830,69)	(14.321.740,68)
Impostos e Contribuições		(13.045.830,69)	(14.311.128,78)
Descontos Incondicionais		-	-
Devolução de Vendas		(1.000,00)	(10.611,90)
RECEITA LÍQUIDA		127.676.180,11	118.167.731,63
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS		(74.780.850,63)	(89.985.254,38)
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS		(3.878.551,22)	-
LUCRO BRUTO		49.016.778,26	28.182.477,25
DESPESAS OPERACIONAIS		(46.179.129,48)	(35.666.165,98)
Despesas gerais e administrativas		(44.807.695,93)	(38.302.143,92)
Despesas com Vendas		(305.154,55)	(110.080,86)
Outras Receitas (Despesas) Líquidas		(1.066.279,00)	2.746.058,80
RESULTADO ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS		2.837.648,78	(7.483.688,73)
Receitas financeiras		7.199.557,80	9.830.996,04
Despesas financeiras		(1.077.302,85)	(1.550.546,89)
Variações Monetárias		215,41	(63.873,20)
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		8.960.119,14	732.887,22
PROVISÕES TRIBUTÁRIAS IR E CSLL		(890.639,49)	(208.035,26)
LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		8.069.479,65	524.851,96
Lucro/Prejuízo por lote por mil ações do Capital Social no final do exercício social (em reais)		70,77	4,60

(As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras)



URBS - URBANIZAÇÃO DE CURITIBA S.A
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (em R\$)

EVENTOS	CAPITAL SOCIAL	ADIANTAMENTO P/FUTURO AUMENTO DE CAPITAL	RESERVAS DE CAPITAL			RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
			RESERVA PARA AUMENTO DE CAPITAL	RESERVA DE SUBVENÇÕES E DOAÇÕES P/INVESTIMENTO	TOTAL DE RESERVAS			
SALDOS EM 31/DEZ/2023	107.369.061,00	966.858,00	5.661.308,00	10.188.870,95	15.850.178,95	36.461.957,70	(161.000.522,92)	(352.467,27)
AUMENTO DE CAPITAL	5.681.034,15		(5.661.308,00)	-	(5.661.308,00)	-	-	19.726,15
ADIANT. P/FUTURO AUMENTO DE CAPITAL	966.858,00	(966.858,00)			-	-	-	-
PREJUÍZO FISCAL APROVEITAMENTO PERT	-	-	-	-	-	-	4.239.967,14	4.239.967,14
LUCRO DO EXERCÍCIO	-	-	-	-	-	-	524.851,96	524.851,96
SALDOS EM 31/DEZ/2024	114.016.953,15	-	-	10.188.870,95	10.188.870,95	36.461.957,70	(156.235.703,82)	4.432.077,98
INTEGRALIZAÇÃO - AUMENTO DE CAPITAL	7.878,06	-	-	-	-	-	-	7.878,06
LUCRO DO EXERCÍCIO	-	-	-	-	-	-	8.069.479,65	8.069.479,65
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	114.024.831,21	-	-	10.188.870,95	10.188.870,95	36.461.957,70	(148.166.224,17)	12.509.435,69

(As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras)



CURITIBA

URBS - URBANIZAÇÃO DE CURITIBA S.A.
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DEZEMBRO DE 2024 (em R\$)

	31/12/2025	31/12/2024
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	718.834,68	
Lucro/Prejuízo do período	8.069.479,65	524.851,96
Reversão de Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(8.314.449,00)	(175.649,80)
Aproveitamento do prejuízo fiscal	-	4.239.967,14
Depreciação e amortização	629.428,09	446.464,68
Outros Ajustes (conciliação/reclassificações)	334.375,94	-
Aumento dos Ativos Operacionais	<u>21.894.318,69</u>	<u>2.400.967,01</u>
Contas a receber	21.458.504,48	(3.146.812,51)
Impostos a recuperar	(40.510,47)	920.618,96
Depósitos judiciais e empréstimos compulsórios	5.059,93	5.722.939,00
Adiantamento a funcionários / fornecedores	219.012,64	(163.803,84)
Estoques	252.252,11	(931.974,60)
Diminuição dos Passivos Operacionais	<u>(23.888.582,29)</u>	<u>(5.332.791,47)</u>
Fornecedores	(1.824.185,45)	(2.865.077,16)
Salários e encargos sociais	(1.429.775,85)	2.300.075,11
Impostos, taxas e contribuições diversas	(643.922,05)	(7.313.869,83)
Planos comunitários	(7.269.469,93)	(1.756,02)
Adiantamentos de clientes	(71.123,16)	-
Outras contas a pagar	(12.140.398,52)	3.595.195,61
Pecatórios e RPV's	(509.707,33)	(1.047.359,18)
Caixa líquido obtido nas atividades operacionais	<u>(1.275.428,92)</u>	<u>2.103.809,52</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aquisição de bens do ativo imobilizado	(996.357,60)	(1.217.278,74)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<u>(996.357,60)</u>	<u>(1.217.278,74)</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Aumento de capital	7.878,06	5.681.034,15
Adiantamento p/ futuro aumento de capital	-	(5.661.308,00)
Reserva de Subvenções e Doações p/ Investimento	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	<u>7.878,06</u>	<u>19.726,15</u>
(REDUÇÃO) AUMENTO NO CAIXA E EQUIVALENTES	<u>(2.263.908,46)</u>	<u>906.256,93</u>
CAIXA E EQUIVALENTES NO INÍCIO DO PERÍODO	44.806.245,48	43.899.988,55
CAIXA E EQUIVALENTES NO FINAL DO PERÍODO	42.542.337,02	44.806.245,48
(REDUÇÃO) AUMENTO NO CAIXA E EQUIVALENTES	<u>(2.263.908,46)</u>	<u>906.256,93</u>

(As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia é uma sociedade por ações e de economia mista, com personalidade jurídica de direito privado, declarada de utilidade pública e constituída na forma da Lei Municipal nº 6.155, de 26/jun/80, sendo regida por esta e pela Lei Municipal nº 4369, de 25/set/72.

A Companhia tem por finalidade administrar o Fundo de Urbanização de Curitiba, podendo à conta desses recursos, promover a realização de investimentos em projetos e programas de desenvolvimento Urbano do Município de Curitiba e respectiva Região Metropolitana, bem como a comercialização de equipamentos urbanos.

Consoante legislação específica, a Companhia também exerce os poderes delegados pelo Executivo Municipal para gerenciar, administrar, planejar, disciplinar, fiscalizar e delegar a operação de serviços públicos e de utilidade pública municipais.

De acordo com as diretrizes emanadas do acionista controlador, a Companhia direciona-se prioritariamente para as seguintes atividades:

- Aperfeiçoar o planejamento, o gerenciamento, a operação e a fiscalização dos serviços de transporte coletivo, à curto, médio e longo prazo; e
- Aprimorar a administração e comercialização do uso dos equipamentos urbanos e espaços públicos e tornar os sistemas de deslocamento mais seguros, eficientes e acessíveis.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em reais, de forma comparativa com o exercício anterior e em observância aos Princípios Fundamentais de Contabilidade e em conformidade com as diretrizes da Lei n.º 6.404/76, atualizados pela Lei nº 11.638/2007, Lei das Sociedades por Ações, bem como de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos técnicos emitidos Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira continua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto para os ativos financeiros disponíveis para venda e instrumentos financeiros ativos e passivos, que são mensurados ao seu valor justo, quando aplicável.

As informações sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas notas explicativas: Nota 5 – Contas a Receber / Outras Contas a Receber; Nota 8 – Imobilizado e Intangível e Nota 14 – Provisões para Contingências.

Os efeitos inflacionários são reconhecidos através da atualização monetária dos ativos e passivos, sujeitos à indexação ou variação cambial e estão refletidos no resultado do exercício.

2.2 MOEDA FUNCIONAL E DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras, incluindo os valores inseridos nas notas explicativas, estão sendo apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

2.3 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

A Demonstração do Fluxo de Caixa - DFC, instituída pela Lei nº 11.638/2007, foi elaborada de acordo com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC nº 03(R2) /2010.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

Dentre os principais procedimentos adotados para a preparação das demonstrações financeiras, ressaltamos:

3.1. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor. As aplicações financeiras são registradas a valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do Balanço.

3.2. CONTAS A RECEBER / OUTRAS CONTAS A RECEBER

As contas a receber de clientes e permissionários são registradas no momento inicial pelo valor nominal e deduzidas da estimativa para créditos de liquidação duvidosa. Essa estimativa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não

será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da estimativa é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. A estimativa para créditos de liquidação duvidosa foi calculada em montante considerado suficiente para cobrir as possíveis perdas na realização das contas a receber.

Em conformidade com o CPC 48 Instrumentos Financeiros (IFRS 9), a Companhia utiliza a metodologia de redução do valor recuperável por meio da constituição de uma provisão para perdas esperadas, ao invés de incorridas, para todas as contas a receber.

3.3. ESTOQUES

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado utilizando-se o método do custo médio de aquisição e estão classificados no ativo circulante.

3.4. IMOBILIZADO

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumulada, quando necessário e estão representados substancialmente por imóveis (edificações e terrenos) de propriedade da Companhia. As depreciações são calculadas pelo critério de vida útil, conforme as Normas Brasileiras de Contabilidade - segundo Nota Explicativa nº 8.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo para que sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis representadas em anos são válidas para condições normais de uso e manutenção.

Avaliação do valor de recuperação dos ativos imobilizados e intangível

Os bens do ativo imobilizado e intangível, os quais com vida útil definida, são revisados anualmente com a finalidade de identificar evidências de não recuperação do seu valor contábil, ou ainda, sempre que alterações materiais no ciclo normal dos negócios indicarem probabilidade de perdas.

Essa avaliação é efetuada ao menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa operacionais à Companhia de forma independente, ou seja, sem a intervenção de outros ativos para esta finalidade (Unidade Geradora de Caixa – UGC).

Na aplicação do teste de redução ao valor recuperável de ativos, o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa é comparado com o seu valor recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre o valor líquido de venda de um ativo e seu valor em uso.

A Companhia não tem como objetivo central a maximização constante de lucro operacional e, adicionalmente, a sua geração de receitas e, consequentemente, de caixa é associada às políticas públicas por ela gerenciadas e principalmente relacionadas principalmente a receitas de vendas de cartão transporte, locação e permissão de uso de imóveis próprios, taxas de administração do FUC – Fundo de Urbanização de Curitiba e receitas decorrentes do serviço de táxi. Desta forma a metodologia aplicada para os testes de impairment não se baseiam unicamente em valor recuperável pelo cálculo do fluxo de caixa descontado e sim por comparação dos seus ativos, a ativos similares em bases equivalentes de Mercado, na data de preparação das demonstrações contábeis sendo que, com exceção de Edifícios e Terrenos, o imobilizado da Companhia está praticamente todo depreciado.

3.5. FORNECEDORES E OUTRAS CONTAS A PAGAR

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal das operações, sendo classificadas como passivos circulantes, se o pagamento for devido no período de até 12 meses. Caso contrário, são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo, representado pelo valor da fatura ou nota fiscal e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

3.6. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação e são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido, conforme Nota Explicativa nº 14.

Ativos contingentes

Os ativos contingentes são registrados somente quando decisões judiciais favoráveis à Companhia foram transitadas em julgado e cujo montante possa ser mensurado com segurança.

Passivos Contingentes

A constituição da provisão para contingências está amparada na opinião dos assessores jurídicos da Companhia para as causas cíveis, trabalhistas, tributárias e administrativas, conforme expectativa de perda, no total de R\$ 59.329.596,71 em 31 de dezembro de 2025, conforme Nota Explicativa nº 14.

Tais passivos contingentes atrelados a ações judiciais de natureza trabalhista, cível, tributária e administrativa são reconhecidos observando os seguintes critérios: i) passivo

contingente com avaliação de probabilidade de perda remota, não são provisionados e nem divulgados; ii) passivo contingente com avaliação de probabilidade de perda possível, não é constituída provisão, porém, são divulgadas nas notas explicativas; e iii) passivo contingente com avaliação de probabilidade de perda provável, é constituída provisão em montante considerado pela Administração e seus assessores jurídicos suficiente para cobrir os desembolsos de caixa futuros.

Adicionalmente a Companhia possui depósitos judiciais conforme informado na Nota Explicativa nº 6, que não possui provisão constituída, visto a classificação como possível ganho das ações, por parte dos assessores jurídicos.

3.7. IMPOSTO DE RENDA (IRPJ) E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (CSLL)

O imposto de renda e a contribuição social do exercício são apurados em base corrente e diferida. Estes tributos são calculados com base nas leis tributárias, vigentes na data de elaboração das demonstrações financeiras no Brasil, onde a Companhia atua, e reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando se referem a itens registrados no patrimônio líquido.

Imposto de renda e contribuição social corrente

Para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o resultado corrente, a Companhia adotou e aplicou as disposições contidas na Lei nº 12.973/14, a partir do exercício de 2015. A referida lei revogou o Regime Tributário de Transição (RTT).

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base no lucro real trimestral tributável aplicando-se alíquotas vigentes no final do período que está sendo reportado.

3.8. REMUNERAÇÃO E ENCARGOS SOCIAIS

Os salários mensais, provisões para férias, provisão de 13º salário e os demais pagamentos e benefícios complementares, quando aplicável, negociados em acordos coletivos de trabalho, adicionados dos encargos sociais devidos, são apropriados pelo regime de competência.

3.9. RECEITA DE CONTRATOS COM CLIENTES

A receita operacional da Companhia compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal das atividades, reconhecida na demonstração de resultados pela efetiva prestação dos serviços, locação de imóveis próprios, além de outros serviços adjacentes.

A Companhia reconhece as receitas de contratos com clientes, a partir dos quais a efetiva prestação de serviços é transferida aos clientes, representados pela capacidade de determinar o uso/consumo destes serviços e obter substancialmente todos os benefícios remanescentes dos mesmos.

A Companhia segue a estrutura conceitual da norma, baseada no modelo de cinco etapas: i) identificação de contratos com clientes; ii) identificação de obrigações de desempenho no contratos; iii) determinar preço da transação; iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho prevista nos contratos e v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida.

A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos e é reconhecida quando seu montante pode ser mensurado com segurança, e é provável que benefícios econômicos fluam para a Companhia.

3.10. APURAÇÃO DO RESULTADO, ATIVOS E PASSIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES

O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios. O ativo circulante e à longo prazo, quando aplicável, são deduzidos, mediante provisão, aos seus valores prováveis de realização. O passivo circulante e à longo prazo, quando aplicável, incluem os encargos incorridos.

3.11 ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS RELEVANTES

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações e seus reflexos em ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e em outros fatores considerados relevantes, revisadas periodicamente pela Administração e cujos resultados reais podem divergir dos valores estimados.

As informações sobre julgamentos e premissas utilizadas na aplicação das políticas e práticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras e que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material estão apresentados a seguir:

Mensuração do valor justo

A Companhia seleciona métodos e utiliza julgamentos nas premissas que aplica na determinação do valor justo. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis no Mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação. Alterações significativas nas premissas utilizadas podem afetar a posição patrimonial da Companhia.

Vida útil e valor recuperável de ativos imobilizados e intangíveis

A vida útil dos ativos imobilizados relevantes foi definida com base nas especificações dos fabricantes e na experiência e laudos de engenharia internos quando referente às obras em andamento. Os ativos intangíveis de vida útil definida são embasados em laudos de avaliadores ou apontamento internos e dos fabricantes.

Passivos contingentes

A Companhia é parte envolvida em processos judiciais e administrativos envolvendo questões trabalhistas, cíveis, tributárias e administrativas decorrentes do curso normal de suas atividades, cujas estimativas para determinar os montantes das obrigações e a probabilidade de saída de recursos são realizadas pela Administração, com base em pareceres de seus assessores jurídicos, sobre os quais são exercidos julgamentos por parte destes assessores para avaliação.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Caixas	21.330,46	18.474,21
Bancos	-	-
Aplicações Financeiras	42.521.006,56	44.787.771,27
TOTAL	42.542.337,02	44.806.245,48

As aplicações financeiras aproximam-se do valor justo e possuem características de curto prazo, de alta liquidez e com baixo risco de mudança de valor. São constituídas por fundos de renda fixa e estão atreladas as modalidades CDB/CDI e poupança, mantidas em instituições financeiras de primeira linha.

5. CONTAS A RECEBER / OUTRAS CONTAS A RECEBER

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Valores a receber lojas	1.508.228,00	5.240.899,05
Outros Créditos	1.058.860,09	4.889.182,33
Contas a receber de permissionários	14.552.158,89	28.447.670,08
TOTAL	17.119.246,98	38.577.751,46
Permissionários	(16.357.337,04)	(19.698.530,50)
Planos	-	(4.973.255,54)
Total PCLD	(16.357.337,04)	(24.671.786,04)
CONTAS A RECEBER LÍQUIDO	761.909,94	13.905.965,42

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Prefeitura Municipal de Curitiba	0,00	242.502,89
Valores a ressarcir – PREFEITURA	54.206,20	89.635,21
Valores a ressarcir – SETRAN	960.816,71	2.071.253,97
Valores a ressarcir – IPPUC	31.101,11	158.751,15
Parcelamentos a Receber (Curto Prazo)	0,00	1.297.380,73
Contas a receber diversas	12.736,07	1.029.658,38
TOTAL	1.058.860,09	4.889.182,33

Em 31 de dezembro de 2025, a Composição das contas a receber por idade de vencimento, está composta da seguinte maneira:

Permissionários

<u>Descrição</u>	<u>Valor</u>
A vencer	4.771.904,03
Vencido até 30 dias	358.385,89
Vencido de 31 a 60 dias	319.880,60
Vencido de 61 a 90 dias	321.756,39
Vencido de 91 a 120 dias	322.416,43
Vencido de 121 a 150 dias	308.116,54
Vencido de 151 a 180 dias	315.732,23
Vencido acima de 180 dias	24.161.306,52
Total	30.879.495,63

6. DEPÓSITOS JUDICIAIS

O saldo da rubrica Depósitos Judiciais, no montante de R\$ 12.105.286,40 em 31/12/2025 (R\$ 12.110.346,33 em 31/12/2024) está composto, substancialmente, por valores depositados para fazer frente às contingências em que a Companhia é parte.

7. INVESTIMENTOS

Rubrica registra, substancialmente, os valores relativos aos terrenos e imóveis que são de propriedade da URBS, os quais estão contabilizados a valor de custo, conforme permitido pelo item 56 do pronunciamento técnico CPC 28 - Propriedade para Investimento.

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Imóveis não destinados à venda	19.285.251,88	19.285.251,88
Outros investimentos	69.200,00	69.200,00
	19.354.451,88	19.354.451,88

8. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

Os ativos imobilizados da Companhia estão compostos conforme tabela abaixo, a qual demonstra, nas últimas colunas, os valores das imobilizações líquidas, por classe de bens, existentes na data do encerramento do Balanço Patrimonial, no exercício social de 2025 e o imediatamente anterior:

DESCRIÇÃO	CONTA	TAXA ANUAL DE DEPRECIACÃO	CUSTO CORRIGIDO	DEPRECIACÃO ACUMULADA	31/12/2025 LÍQUIDO	31/12/2024 LÍQUIDO
Benfeitorias em imóveis de terceiros	2205	4%	710.362,19	(58.501,67)	651.860,52	305.902,06
Direito de uso de linhas telefônica		0%	-	-		19.155,70
Edificações	2200	4%	7.955.533,78	(5.857.007,93)	2.098.525,85	2.295.371,57
Instalações	2203	10%	2.166.917,09	(496.607,88)	1.670.309,21	1.465.137,90
Máquinas e equipamentos	2202	10%	2.378.216,76	(1.802.069,99)	576.146,77	565.473,37
Móveis e utensílios	2201	10%	2.022.942,35	(1.594.631,11)	428.311,24	432.889,22
Processamento de Dados	2206	20%	1.787.248,04	(1.674.067,42)	113.180,62	69.710,55
Terrenos	2250	0%	3.531.268,78	-	3.531.268,78	3.531.268,78
Terrenos (reavaliação)	2255	0%	25.464.494,09		25.464.494,09	25.464.494,09
Ferramentas	2207	10 e 20	126.565,89	(124.096,68)	2.469,21	2.876,37
Intangível	2500	20%	327.543,59	(187.040,67)	140.502,92	157.860,09
Totais			46.471.092,56	(11.794.023,35)	34.677.069,21	34.310.139,70

A Companhia não preparou a análise periódica quanto à vida útil e a capacidade de recuperação dos valores registrados no ativo imobilizado (análise de “impairment”), conforme requerido pelo pronunciamento contábil CPC 27 – “Ativo Imobilizado”. Não obstante, considerando que parte substancial do ativo imobilizado da Companhia é composto de Edificações e Terrenos (90,24%), no total de R\$ 31.291.134,44, a Administração entende que a referida análise não implicará em ajustes decorrentes de possíveis perdas relacionadas à recuperabilidade (impairment).

Ademais, o modelo de negócio praticado pela Companhia não prevê a maximização de lucro, haja vista que sua geração de receitas e consequentemente, de caixa, sofrem interferência de políticas público-sociais relacionadas ao transporte público municipal e gestão de ativos próprios.

9. FORNECEDORES

A rubrica registra as obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, cujo saldo está composto, substancialmente da seguinte maneira:

	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores diversos	1.614.710,50	3.655.854,48
Fornecedores lojas/figurinhas	1.035.580,16	818.621,63
TOTAL	2.650.290,66	4.474.476,11



O saldo de fornecedores diversos, em 31 de dezembro de 2025, está composto conforme quadro abaixo:

FORNECEDOR	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores lojas/figurinhas	1.035.580,16	818.621,63
Unimed Curitiba Socied. Coop. de Médicos	866.293,15	-
Copel Distribuição S/A	504.205,31	2.521.026,53
Superint. Do Patrimônio da União	58.815,67	55.985,98
Comtech Informática	58.329,60	-
Outros (abaixo de 58.392,60)	1.162.646,93	1.078.841,97
TOTAL	2.650.290,66	4.474.476,11

10. CONTAS A PAGAR

Correspondem aos compromissos firmados com credores diversos que em 31 de dezembro de 2025, estão compostos da seguinte maneira:

	31/12/2025	31/12/2024
Acordo Judicial	2.715.495,38	15.874.036,84
Repasse PMC - Estar Eletrônico	5.573.312,47	4.494.336,07
Unimed	-	1.793.076,76
Fundação Alpha	1.304.526,89	1.178.399,77
Shopping Popular/Rua 24 Horas	617.572,17	605.435,89
SSP - Rodoferrviária	-	229.081,98
Outros	82,90	-
	10.210.989,81	24.174.367,31

10.1 Contas a pagar longo prazo

Referem-se a reclassificação dos acordos judiciais, em torno de 70% para o longo prazo.

11. SALÁRIOS, OBRIGAÇÕES SOCIAIS E PROVISÃO DE FÉRIAS E ENCARGOS SOCIAIS

Registra as obrigações com impostos e contribuições incidentes sobre a folha de pagamentos da Companhia, tais como: INSS, FGTS, PROVISÃO PARA FÉRIAS E ENCARGOS SOCIAIS.

	31/12/2025	31/12/2024
ORDENADOS E SALÁRIOS	0,00	1.827.710,13
OBRIGAÇÕES SOCIAIS -INSS	4.458.111,87	5.881.839,42
OBRIGAÇÕES SOCIAIS - FGTS	782.237,59	634.273,66
PROVISÃO P/ FÉRIAS E ENCARGOS SOCIAIS	11.449.261,10	10.775.563,20
TOTAL OBRIGAÇÕES SOCIAIS	16.689.610,56	19.119.386,41

12. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

Registra as obrigações com impostos e contribuições tais como: IRRF, ISS, PASEP, COFINS e PARCELAMENTOS TRIBUTÁRIOS da adesão ao PERT – Programa Especial de Recuperação Tributária.

12.1 Demonstrativo das Obrigações Tributárias:

	31/12/2025	31/12/2024
IRRF	1.527.970,57	1.451.089,64
IPTU	-	389.082,12
IRPJ	128.469,08	59.430,73
CSLL	49.599,25	30.773,63
CSLL/COFINS/PIS-PASEP	127.942,28	209.437,31
PASEP	315.026,05	271.874,39
COFINS	1.455.433,42	1.598.906,04
ISS	35.643,45	91.193,94
ICMS	60.533,27	69.367,33
TOTAL OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS CURTO PRAZO	3.700.617,37	4.171.155,13
TOTAL OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	3.700.617,37	4.171.155,13

12.2 Parcelamentos tributários:

	31/12/2025	31/12/2024
PERT/DÍVIDA ATIVA	-	172.712,93
TOTAL CURTO PRAZO	-	172.712,93
PERT/DÍVIDA ATIVA	730.738,85	731.410,21
TOTAL LONGO PRAZO	730.738,85	731.410,21
TOTAL PARCELAMENTOS	730.738,85	904.123,14

13. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia é parte em uma série de ações judiciais e processos administrativos decorrentes do curso normal das suas operações, incluindo processos de naturezas cível, tributária, trabalhista, administrativa e referentes à desapropriações. A Administração reconhece provisões nas demonstrações financeiras de forma consistente, quando a probabilidade de perda é considerada provável pelos seus assessores jurídicos.

O prazo e os montantes dos pagamentos podem variar a depender do resultado dos processos judiciais. A Administração da Companhia, consubstanciada nas opiniões de seus assessores legais apresentadas em seus relatórios, decidiu manter a constituição de provisões no montante de R\$ 59,2 milhões (mesmo patamar do exercício 2024) para

fazer frente a prováveis perdas com esses processos, cujo valor representa atualmente o risco na monta de R\$ 52,7 milhões, conforme demonstrado abaixo:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Trabalhistas	29.017.073,81	29.017.073,81
Cíveis, tributários e administrativos	30.265.877,90	30.265.877,90
TOTAL	59.282.951,71	59.282.951,71

Processos trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia figura no polo passivo em torno de 300 processos de natureza trabalhista, conforme relatório dos seus assessores jurídicos.

A partir do exercício de 2019 foi efetivado o levantamento das ações em que a Companhia é parte, a fim de ter implementado um processo de catalogação, identificação e análise de probabilidade de risco jurídico de cada uma das ações impetradas contra a Companhia.

A partir da conclusão da maior parte desse levantamento, considerando o parecer do departamento jurídico, a Companhia revisou no exercício as provisões para contingências trabalhistas, de acordo com o risco de perda dos processos e critérios internamente estabelecidos, conforme previsto na NBC TG 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovada pela Resolução nº 1.180/09, do Conselho Federal de Contabilidade (CPC 25).

Processos cíveis, tributários e administrativos

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia figura no polo passivo em torno de 500 processos de natureza cível, tributária e administrativa, incluindo-se neste montante os processos derivados da extinta Diretran, hoje, SETRAN - Superintendência de Trânsito. De maneira geral, os processos cíveis estão relacionados, principalmente à discussão de créditos a receber, multas, indenizações por dano material e moral, entre outros.

A partir do exercício de 2019, com base na conclusão de grande parte desse levantamento e considerando o parecer do departamento jurídico, a Companhia revisou e contabilizou no exercício, as provisões para contingências cíveis, tributárias e administrativas, de acordo com o risco de perda dos processos e critérios internamente estabelecidos conforme previsto na NBC TG 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovada pela Resolução nº 1.180/09, do Conselho Federal de Contabilidade (CPC 25).

Além disso, diversas ações tiveram o risco de perda atualizado e seu risco jurídico reclassificado durante o exercício. Nesse sentido, foram devidamente adequadas as contabilizações das ações consideradas como perda provável.

Processos judiciais não provisionados – Passivos Contingentes

A Companhia possui ações de natureza trabalhista, cível e tributária que, em conformidade com o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, não estão provisionadas, pois envolvem risco com probabilidade de perda classificado pela Administração e por seus assessores jurídicos como possível. Abaixo demonstramos os valores das ações cujo risco é possível:

	<u>2025</u>
Trabalhistas	R\$ 36,3 milhões
Cíveis, tributários e administrativos	R\$ 179,6 milhões
	<u>R\$ 215,9 milhões</u>

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

- a) Capital Social: O capital social, subscrito e integralizado, no valor de R\$ 114.024.831,21 (cento e quatorze milhões, vinte e quatro mil, oitocentos e trinta e um reais e vinte e um centavos), está dividido em 114.024.831 ações ordinárias nominativas, no valor nominal de R\$ 1,00 cada.
- b) Reservas de reavaliação: Compreende a avaliação patrimonial (Deemed cost) dos bens que compõe o ativo imobilizado da Companhia, principalmente relacionado à edificações e terrenos, contabilizada no balanço de 2016, conforme Nota Explicativa nº 8.
- c) Lucro (prejuízo por ação): O lucro ou prejuízo por ação é calculado mediante a divisão do lucro ou prejuízo do exercício atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade de ações que compõem o capital social durante o exercício.

15. PLANO DE PENSÃO

Mediante Deliberação da CVM nº 371, de 13/dez/00, que aprovou o Pronunciamento NPC nº 26 do IBRACON sobre a contabilização de benefícios a empregados, novas práticas contábeis de apuração e divulgação dos efeitos decorrentes destes benefícios foram instituídas e obrigatoriamente aplicadas para exercícios iniciados a partir de 01/jan/02.

A Companhia é uma das patrocinadoras da Fundação Alpha de Previdência e Assistência Social, entidade fechada de previdência privada constituída sob a forma de sociedade civil, com a finalidade de suplementar os respectivos benefícios previdenciários. Entretanto, devido à inexistência de déficits e responsabilidades correlatas da (planos de contribuição e/ou benefícios definidos) Companhia à referida Fundação, nenhum provisionamento foi constituído.

Com relação aos valores repassados pela Companhia à Fundação Alpha em 2025 foi de R\$ 3.953.681,56 (R\$ 3.342.683,43 em 2024) para formação das reservas dos funcionários optantes no referido plano.



	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Reservas Matemáticas	273.842.960,40	249.661.353,71
Superávit Técnico Acumulado	14.975.916,40	7.391.884,81
Superávit (déficit) Técnico ao Ano	7.584.031,59	-3.815.736,92

16. COBERTURA SEGUROS (NÃO AUDITADO)

Os valores assegurados são determinados e contratados em bases técnicas que se estimam suficientes para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros não derivativos. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

Os valores contábeis constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

Durante este exercício, a Companhia não realizou operações com derivativos em função das características e forma de operação bem como a posição patrimonial e financeira em nenhum período.

Classificação dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros não derivativos são classificados como disponibilidades, aplicações financeiras, recebíveis e passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado, conforme descrito a seguir. Não existem outros instrumentos financeiros classificados em outras categorias, além da informada abaixo:

- a) Composição dos Saldos: Os saldos contábeis e os valores justos dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 estão identificados a seguir:

	Saldo contábil 31/12/2025	Valor Justo 31/12/2025
<u>Disponibilidades e recebíveis</u>		
Caixa e equivalentes de caixa	42.542.337,02	42.542.337,02
Contas a receber de clientes/Outras contas a receber	761.909,94	761.909,94
(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(16.357.337,04)	(16.357.337,04)
<u>Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado</u>		
Fornecedores	2.650.290,66	2.650.290,66
Contas a pagar	10.210.989,81	10.210.989,81
Outras contas a pagar	838.032,67	838.032,67

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 para os instrumentos financeiros da Companhia para o grupo Disponibilidades e Recebíveis, que abrangem principalmente caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outras contas a receber e para o Grupo de "Custo Amortizado" que abrange principalmente, fornecedores e outras contas a pagar, o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo e conforme item 29 do pronunciamento técnico CPC 40 para estes casos as divulgações de valor justo não são exigidas.

- b) Critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores justos.

Caixa e equivalentes de caixa: Os saldos em conta corrente e aplicações financeiras mantidos em bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis.

Contas a Receber e Clientes e outras contas a receber: Os montantes divulgados no balanço patrimonial para contas a receber aproximam-se de seus valores justos,

considerando as provisões constituídas e a ausência de atualizações monetárias sobre a parcela vencida das contas a receber.

Fornecedores e outras Contas a Pagar: Os montantes divulgados no balanço patrimonial para fornecedores e outras contas a pagar aproximam-se de seus valores justos, considerando as atualizações monetárias, quando necessárias, constituídas sobre a parcela vencida das contas a pagar.

c) Gerenciamento de Risco:

As operações estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos. A Companhia está sujeita a risco de liquidez e de crédito

Risco de Liquidez: é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro no curto prazo. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. Substancialmente, todas as dívidas da Companhia, exceto os parcelamentos tributários e demais obrigações sociais e tributárias, são exigíveis em curto prazo.

Risco de Crédito: deriva da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras sólidas. Além disso, anualmente é realizada uma revisão das premissas contábeis para a constituição de provisão para perdas em créditos duvidosos.

18. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Abaixo, está demonstrada a receita operacional bruta dos anos de 2025 e 2024:

	2025	2024
Receitas de locação	88.845.424,49	80.254.870,60
Receitas de administração	44.115.078,04	38.947.825,40
Receitas de serviços de táxi	3.349.375,28	7.464.970,84
Receita com vendas	4.413.132,99	5.821.805,47
TOTAL RECEITA OPERACIONAL BRUTA	140.723.010,80	132.489.472,31
(-) Impostos e contribuições s/ receitas	(13.045.830,69)	(14.311.128,78)
(-) Devolução de Vendas	(1.000,00)	(10.611,90)
TOTAL DAS DEDUÇÕES DA RECEITA	(13.046.830,69)	(14.321.740,68)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	127.676.180,11	118.167.731,63

19. CONTINUIDADE OPERACIONAL

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade operacional dos negócios da Companhia. No exercício, a empresa apresentou lucro em torno de R\$ 8 milhões (lucro em torno de R\$ 500 mil em 2024), o que reflete considerável melhora nos resultados supra apresentados, resultado do Planejamento Estratégico que vêm sendo construído nos últimos anos, sem deixar de considerar a qualificação e atualização dos colaboradores e dos sistemas de informação da empresa, além da sucessiva busca por novos nichos de operação e da melhoria na eficiência dos custos operacionais.

Destacam-se nesse panorama, a obtenção de receita auferida na ordem de R\$ 140,7 milhões, o que representa um aumento de 6,21% em relação ao ano anterior de R\$ 132,5 milhões. O aumento do capital de giro, a crescente, notória e considerável melhora nos indicadores econômicos e financeiros, bem como a solidificação de seu Plano de Negócios.

Assim, em suma, o resultado obtido pela Companhia demonstra que a mesma está no caminho certo na continuidade operacional de suas atividades, bem como no equacionamento do passivo financeiro, quer seja, através da busca de fontes alternativas de recursos, da reestruturação dos negócios da Companhia, do aperfeiçoamento do corpo técnico e da alienação de ativos, tornando os resultados cada vez mais robustos e perceptíveis.

20. EVENTOS SUBSEQUENTES

Os administradores declaram a inexistência de fatos ocorridos subsequentemente à data de encerramento do exercício que venham a ter efeito relevante sobre a situação patrimonial, financeira ou orçamentária da Entidade ou que possam provocar efeitos sobre os resultados das operações da Entidade.

Curitiba, 06 março de 2026.

OGENY PEDRO MAIA NETO

Presidente

PEDRO HENRIQUE SCHERNER ROMANEL

Diretor Administrativo Financeiro

Alexandre Cesar Cavichia

Contador - CRC-PR nº 065792/O-0

Valêncio dos Anjos Narlok

Controle Interno